



Carta Sergipana do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia (XI CBA)

O XI Congresso Brasileiro de Agroecologia reuniu-se entre 04 e 07 de novembro de 2019, na Universidade Federal de Sergipe (UFS), Campus São Cristóvão, para afirmar o seu lema “Ecologia de Saberes: Ciência, Cultura e Arte na Democratização dos Sistemas Agroalimentares” como uma defesa irrestrita à pesquisa e ao ensino público, gratuito, laico e de qualidade. A Ecologia de Saberes é uma abordagem teórica, metodológica e política que reconhece e coloca em diálogo crítico e permanente os distintos saberes e conhecimentos construídos nas universidades, centros de pesquisas, institutos federais, escolas do campo e das cidades, bem como nas comunidades rurais e urbanas, questionando a lógica colonizadora, eurocêntrica, racista, patriarcal, LGBTQI+fóbica e etnogenocida.

Essa racionalidade dominante de produção do conhecimento científico reproduz concepções produtivistas, elitistas e desconectadas das questões sociais nas instituições científico-acadêmicas, mascarando desigualdades, opressões e violências que marcam a história da sociedade brasileira. Ancorada em uma visão fixista e homogeneizadora, fragmentada em campos disciplinares, essa ciência cartesiana e mecanicista se orienta pela tentativa de controlar a natureza a partir de uma exploração irracional e ilimitada dos bens comuns, afastando-se dos valores humanos e éticos de solidariedade e fraternidade. Colonizada por uma perspectiva privatista e dominada por arranjos jurídicos, políticos e institucionais que a distanciam do espaço público, a ciência torna-se um poderoso dispositivo de reprodução e perpetuação do modelo capitalista neoliberal.

Como resultado, vivenciamos uma crise civilizatória que se expressa na destruição da natureza, no aumento da fome e da pobreza e no aprofundamento das desigualdades sociais. O fogo e o desmatamento que se alastram na Amazônia e no Cerrado, a lama tóxica da mineração, as grandes obras de infraestrutura, a disseminação de agrotóxicos e transgênicos e o petróleo que se espraia na costa do Brasil, bem como o aumento do feminicídio, da morte e encarceramento da juventude negra, dos assassinatos de lideranças políticas, o desmantelamento das políticas públicas pelas reformas neoliberais em curso, o avanço do agronegócio e da mineração em terras indígenas e quilombolas são algumas das expressões desse autoritarismo criminoso, sobre o qual refletimos criticamente e buscamos construir coletivamente uma proposta de Ciência cidadã e ativista, comprometida com as lutas emancipatórias anunciadoras de novos caminhos para a Humanidade.

Ao nos posicionarmos em defesa de uma ciência crítica em diálogo com a cultura e a arte popular, afirmamos a necessidade de que as instituições científico-acadêmicas sejam orientadas pela justiça social, que reconheçam e valorizem as vozes e os saberes dos sujeitos historicamente subalternizados, abrindo horizontes para a criação de uma sociedade estruturada pela justiça cognitiva e epistêmica. Assim, reiteramos que a Agroecologia – como Ciência, Movimento e Prática -, reconhece e constrói saberes e conhecimentos, na luta por uma sociedade justa e igualitária e em



diálogo com as práticas cotidianas dos povos do campo, das águas, das florestas e das cidades. Nessa perspectiva, se reafirma como uma das chaves interpretativas que nos desafia a um novo fazer acadêmico/científico.

Estamos diante de um cenário de desmonte acelerado de políticas de Estado duramente conquistadas pela luta dos povos, como os cortes de investimentos na educação, na pesquisa e na saúde. Cortes que levam ao sucateamento e à precarização das instituições públicas. Que limitam o acesso e a possibilidade de permanência de estudantes da classe trabalhadora nas instituições de ensino devido à redução de bolsas e projetos de pesquisa/extensão na graduação e pós-graduação, nas políticas de assistência estudantil como residência e restaurantes universitários, aprofundando o abismo entre as elites dominantes e o povo brasileiro. Reafirmamos a importância da política de cotas nas universidades públicas, a manutenção das escolas no campo e o fortalecimento do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). “A Casa Grande Surta quando a senzala aprende a ler!”

O corte nos orçamentos públicos da educação e da pesquisa impacta diretamente a produção acadêmica crítica, abrindo brechas para a privatização do ensino público e dos investimentos em pesquisa e extensão. Tal cenário compromete a continuidade das ações dos Núcleos de Estudo e Pesquisa em Agroecologia (NEAs) que, nos últimos 10 anos, consolidaram-se como espaços de construção e democratização do conhecimento pelo exercício da Ecologia de Saberes, articulando instituições acadêmicas com as comunidades do entorno para a produção de conhecimentos territorialmente contextualizados e para a formação profissional crítica e ativa.

Esse CBA só foi possível pela parceria estabelecida com a Universidade Federal de Sergipe. Agradecemos e parabenizamos essa instituição por sua abertura ao novo. Defendemos a Universidade como território emancipatório para a construção da agroecologia pela via da Ecologia de Saberes, o que supõe o exercício de uma ciência cidadã, crítica, popular, inclusiva e livre. Essa é a universidade que acreditamos e defendemos. Não aos cortes para a Educação. Não ao Future-se!!

No momento em que assistimos o aprofundamento do autoritarismo de Estado, a disseminação na sociedade de valores conservadores, o machismo e a perseguição à ciência e ao pensamento crítico e cidadão, reafirmamos o vínculo indissociável entre a Agroecologia e a democracia. É nesse sentido que estendemos nossa teia da ecologia de saberes em direção aos movimentos em defesa da justiça ambiental, da saúde coletiva, da economia solidária, do feminismo, das juventudes e das lutas antirracista e anti-LGBTQI+fóbica.

Nesse sentido, a Agroecologia se situa no campo da defesa dos direitos. Direitos de mulheres e homens, crianças, jovens, adultos e idosos, camponeses e camponesas, povos originários e comunidades tradicionais de terem assegurados seus modos de vida e modos de produção. Direito à comida de verdade, no campo e na cidade, sem



distinção de gênero, classe, raça e credo. Direito ao usufruto democrático dos bens comuns da natureza, em defesa da vida plena e digna para humanos e não-humanos.

O CBA denuncia a tragédia-crime do petróleo em nosso mar, a poluição de nossas águas e o impacto direto na vida dos povos que delas vivem, homens e mulheres pescadores, marisqueiros, coletores, catadores e barqueiros. Essas pessoas, irmãs e irmãos de sangue e de luta, vivenciam uma tragédia silenciada pela mídia e pela elite. São famílias que hoje passam fome e têm seus meios e modos de vida ameaçados. Exigimos punição aos culpados e o apoio dos governos às comunidades afetadas, reconhecendo seus modos de vida como fundamentais para a manutenção da biodiversidade marinha e costeira.

Afirmamos a estreita relação existente entre os direitos das pessoas e os direitos da natureza. Há gerações os povos dos campos, das florestas, das águas e também das cidades têm sido responsáveis pela produção e reprodução da diversidade biológica e cultural que sustenta a vida. Sementes, alimentos, remédios e saberes, oriundos dessa diversidade, estiveram presentes nos diferentes espaços do XI CBA, inspirando novas formas de produção de conhecimentos e desafiando pesquisadores e pesquisadoras a romper barreiras disciplinares e repensar a ciência e suas linguagens.

O XI CBA também permitiu identificar uma série de violações de direitos que ameaçam a biodiversidade e os modos de vida dos diferentes atores empenhados na sua preservação. As vozes que emanam dos territórios colocam no centro de nossas reflexões os graves problemas relacionados ao desmatamento e à destruição de ecossistemas terrestres e marinhos, à contaminação das sementes por cultivos transgênicos, ao extermínio de abelhas e outros polinizadores pelos agrotóxicos, ao significativo aumento dos índices de suicídio entre trabalhadores/as do setor agropecuário, à violação do direito ao livre uso da biodiversidade pelos mecanismos de propriedade intelectual e aos violentos processos de expropriação de comunidades em curso nos diferentes biomas.

Os direitos anteriormente mencionados não serão assegurados sem a realização de uma reforma agrária popular e agroecológica e sem que os povos indígenas e os povos e comunidades tradicionais tenham garantidos seus territórios, sua espiritualidade e ancestralidade; sem o enfrentamento à violência sexista e o racismo que assola cotidianamente as mulheres e populações, sem questionar a divisão sexual do trabalho, o modelo hetero-patriarcal e racista na produção e reprodução da vida. Reformas urbanas e a defesa do direito a cidades justas e seguras passam igualmente pela Agroecologia, com o reconhecimento e a valorização das práticas de agricultura urbana e periurbana.

As Juventudes, urbanas e rurais, se auto organizam como sujeitos políticos e de direitos, e reivindicam água limpa, alimentos diversos, terra, trabalho e liberdade. Nesses termos, as Juventudes aportam novos métodos e formas de fazer e viver a



Agroecologia. “Não queremos sucessão familiar. Queremos construir a nossa Agroecologia”.

Reafirmamos a Agroecologia como caminho para a democratização dos sistemas agroalimentares e nos posicionamos abertamente contra o regime neoliberal que cria as condições políticas e ideológicas para que os bens comuns sejam apropriados a serviço da acumulação do capital pelas corporações do agronegócio. A estrangeirização de terras, os acordos da elite nacional com o grande capital financeiro internacional que expropria, mata e destrói a natureza e a vida humana não são um objeto de estudo, são nossos inimigos de classe e contra eles lutamos epistêmica e politicamente.

O fortalecimento da Agroecologia demanda o reconhecimento e a construção de outras economias, capazes de transformar de forma substantiva e radical as relações entre campo e cidade, bem como as relações entre a produção e o consumo alimentar. Isso implica considerar a importância das práticas de troca, doação e autoconsumo como estratégias centrais para a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional.

A construção e o acesso aos mercados justos e solidários, a valorização das dimensões não mercantis da economia e a denúncia das desigualdades caminham passo a passo com a necessidade de questionar as visões dominantes da economia, relativizando o sentido político atribuído ao crescimento econômico como caminho único para a superação dos problemas sociais. Ao relegar o trabalho e os bens da natureza à condição de mercadorias, essa visão econômica hegemônica legitima a perpetuação de um modelo insustentável de sociedade em benefício de elites predatórias e parasitárias.

As práticas da agroecologia são reveladoras da importância da economia doméstica e do trabalho de cuidados para a reprodução da vida. Elas são essenciais para refundamentar a agricultura na natureza, diversificando o autoconsumo e construindo cooperação, doação e troca de bens não mercantilizados. Essas práticas, lideradas pelas mulheres, seguem ocultadas e exploradas a serviço da acumulação de capital. No XI CBA vivenciamos a Feira de Saberes e Sabores como um espaço central de socialização, trocas e experimentações de novas economias.

A estreita relação entre Agroecologia e saúde também foi reafirmada. Novas abordagens foram exercitadas através da Pedagogia do Território e da ampliação do olhar sobre as múltiplas conexões entre saúde e ambiente. Pela via da Ecologia de Saberes, a Agroecologia abre novos e complexos horizontes para a construção criativa de alternativas emancipatórias ao projeto de modernidade colonizador de corpos e mentes que nos trouxe à beira de um abismo civilizatório.

A Agroecologia vem sendo progressivamente reconhecida no mundo institucional como uma alternativa para a superação dos dilemas criados pelo sistema de poder



hegemônico que divorcia a economia da ecologia, a sociedade da natureza. Celebramos esse reconhecimento, fruto de anos de luta pela afirmação da Agroecologia como uma crítica radical ao modelo produtivista e à uniformização da agricultura e dos alimentos.

Estamos cientes que esse reconhecimento vem acompanhado pelo risco de cooptação pelo mesmo sistema de poder que denunciemos. Ao tentarem apresentar a proposta agroecológica como uma nova tecnocracia esverdeada, os ideólogos do agronegócio procuram mais uma vez ocultar as relações de poder que estruturam o modelo dominante de produção e consumo alimentar.

Ao afirmarmos a Ecologia de Saberes como meio de efetivação da Agroecologia, radicalizamos a crítica ao agronegócio e aos demais projetos do capital que violam territórios, negam a história e comprometem o futuro. Como um projeto de realização da vida através do trabalho e das relações solidárias e igualitárias, a Agroecologia afirma-se como uma construção política e científica compartilhada por meio da colaboração entre sujeitos articulados em redes horizontais.

Nosso Congresso foi cuidadosamente preparado a partir da mobilização militante de milhares de pessoas de todo o país, que exercitaram a Ecologia de Saberes por meio de caravanas agroecológicas e culturais, seminários, intercâmbios e outras formas de produção do conhecimento agroecológico. Esse processo descentralizado convergiu para a grande teia de saberes estruturada em dezesseis eixos temáticos que dialogaram entre si a partir das colheitas sistematizadas por “fiandeiras”, mulheres e homens que traduziram a síntese dos debates realizados em diferentes espaços de diálogo por meio de variadas linguagens e tradições orais, incluindo a poesia, o repente, a música e o teatro. Feira de Saberes e Sabores, Plenárias Identitárias, Terreiro das Inovações Camponesas, Cozinha das Tradições, Casa dos NEAs, Festival Internacional de Cinema Agroecológico, Festival de Arte e Cultura, Território da Alimentação, Instalações Artístico-Pedagógicas, Atividades Autogestionadas, Conferências e Rodas de Diálogo, Espaço de Cuidados Dona Chica e Ciranda Infantil foram alguns dos ambientes criados para que os saberes vindos de todo o país se expressassem e fluíssem livremente em nossa teia. Ao criar esses ambientes para o exercício da Ecologia de Saberes, o XI CBA se configurou em um espaço educativo, crítico e criativo.

A pedagogia Griô juntou-se a pedagogia do Território para a construção do XI CBA como ambiente de diálogos e convergências, contribuindo para emergência de novos olhares e narrativas, para a formulação de novas questões coletivas e para vivenciar, trocar, aprender e desenvolver novas metodologias, pedagogias e referenciais de pesquisa.

Precisamos criar novos conceitos, categorias, indicadores que nos ajudem a compreender a realidade a partir das lentes da ciência agroecológica. Ao todo foram



2100 trabalhos aprovados e 1900 apresentados no Congresso, entre relatos de experiências, sistematizações, vídeos e artigos.

Os Tapiris de Saberes se reafirmam como espaço fértil e especial para o diálogo de saberes, a escuta cuidadosa e ativa, para o questionamento do modelo único de ciência e da narrativa dominante e hegemônica do que seja fazer pesquisa e extensão. A construção da ciência cidadã e crítica também passa pela experiência de reconhecer outras leituras de mundo, de outras cosmologias e narrativas, outras mitologias, outro saber-fazer, outro pensar-sentir, outro estar-viver-reviver-reconstruir.

Além dos trabalhos técnicos científicos, os Tapiris proporcionaram espaço para a socialização de relatos, a exibição de vídeos e a realização de diálogos circulares, rompendo com o modelo hierárquico e excludente do domínio da fala e a submissão da escuta. Estamos vivenciando uma trajetória de experimentação e aperfeiçoamento metodológico no sentido de operacionalizar os fundamentos epistemológicos que defendemos para as práticas da construção do conhecimento agroecológico. Seguir nessa experimentação metodológica descentralizada é o desafio que nos cabe enquanto Associação Brasileira de Agroecologia. Para tanto, convidamos todos e todas associadas o engajamento ativo em seus territórios em diálogo com os Grupos de Trabalho da ABA.

Os Tapiris produziram subsídios e alimentaram o debate nos espaços conjuntos como as Conferências compartilhadas. Aqui, mais uma vez, rompemos com a lógica cartesiana e vivenciamos o exercício da transdisciplinaridade e do diálogo entre diferentes sujeitos enunciativos. Além de reconhecer os saberes e os lugares de fala, esse exercício inovador possibilita que as realidades sejam analisadas a partir de perspectivas complementares e críticas, fazendo com que o conhecimento seja de fato um instrumento transformador dessas realidades. O conhecimento só liberta com a diversidade de saberes.

O Festival Internacional de Cinema Agroecológico foi um espaço político e lúdico para pensar e refletir sobre a importância desta linguagem na disputa de narrativas e construção do conhecimento, reafirmando o diálogo dos saberes como prática permanente. Em tempos de censura e perseguição à arte e cultura como expressões do pensamento crítico, seguir na construção e multiplicação destes espaços é uma tarefa política de grande significado. O XI CBA foi um espaço de trocas profundas, de compartilhamento de sonhos, de renovação de utopias. De uma teia tecida por um povo que enfrenta a luta cantando e dançando, com alegria e cooperação. O Capitalismo não suporta nossa alegria!

Os espaços de cuidado coletivo foram fundamentais para vivenciar uma cultura agroecológica. A Ciranda Infantil, que com seus brinquedos de bambu e bioconstruções possibilitou uma maior integração com a natureza, ocupou e coloriu a Praça da Democracia, na UFS. No intuito de acolher as famílias para que possam participar das atividades do Congresso, voluntárias e voluntários cuidaram, trocaram



conhecimentos e se divertiram com dezenas de crianças. Mais um passo no compartilhamento dos cuidados de forma coletiva.

A Tenda de Cuidados Dona Chica e o Território da Alimentação Agroecológica contribuíram para o Bem Viver entre nós durante o XI CBA e esperamos que sejam levadas a cada casa, instituição, espaços de trabalho, a cada canto, como novo aprendizado do que é possível fazer acreditando nos sonhos. Comer é um ato político. Cuidar também!

Por fim, as trilhas que estamos percorrendo na construção da agroecologia como uma ciência cidadã não estão inteiramente demarcadas. Aprendendo com Antonio Machado, fazemos caminho ao andar. Para os coletivos presentes no XI CBA, a ecologia de saberes não é uma abstração, mas um diálogo entre sujeitos, práticas e realidades. Um exercício permanente, que não se resume ao CBA, demandando novas ferramentas, disposições e formas de interação.

Mais do que nunca, precisamos de uma prática científica que nos ajude a reconhecer nossas diferenças e identidades e, ao mesmo tempo, a compor um mundo comum, onde possamos cultivar a solidariedade, a esperança e a confiança, tecendo, com amor, novos saberes e relações.

Seguimos tecendo nossa rede colaborativa e solidária!

Plenária Final do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia
Associação Brasileira de Agroecologia
Comissão Organizadora do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia

São Cristóvão-SE, 07 de novembro de 2019